

PARLAMENTO EUROPEU

2004



2009

Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

2005/2123(INI)

24.11.2005

PARECER

da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

destinado à Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia

sobre a Implementação da Carta Europeia das Pequenas Empresas
(2005/2123(INI))

Relator de parecer: Philip Bushill-Matthews

PA_NonLeg

SUGESTÕES

A Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais insta a Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Congratula-se com a proposta da Comissão no sentido de analisar a nova regulamentação a nível nacional e comunitário na óptica do seu impacto, tanto positivo como negativo, sobre as pequenas empresas e os empresários; solicita, por conseguinte, à Comissão que assegure que as avaliações do impacto da legislação comunitária sejam clara e especificamente alargadas às pequenas empresas; crê que esta proposta deveria ser formalmente alargada de forma a incluir não só a nova regulamentação, mas também aquela já existente, e que, nos casos em que se considere a legislação desnecessária a nível da UE, a mesma deverá ser revista ou revogada; exorta a Comissão a elaborar um calendário e um plano de acção claros com vista a lograr este objectivo;
2. Salaria que a simplificação da legislação em geral e a isenção de determinadas obrigações regulamentares para as pequenas e médias empresas, tal como proposto na Carta, constituem meios úteis de atenuar o peso dos custos e procedimentos administrativos das pequenas e médias empresas;
3. Atendendo a que as pequenas empresas são consideradas como o principal motor de criação e de crescimento do emprego e da inovação na Europa, promovendo ainda o desenvolvimento social e regional é vital contemplar, de uma forma geral, não só o papel mas também as necessidades das PME na apresentação de qualquer proposta legislativa, e não apenas no contexto das propostas que se referem especificamente às pequenas empresas;
4. Salaria a necessidade de melhorar o acesso aos Fundos Estruturais, bem como da promoção de outras iniciativas destinadas a melhorar o acesso aos fluxos de capitais privados em benefício das pequenas empresas, incluindo a criação de sistemas de microfinanciamento para formas flexíveis de empresas familiares ou promovidas por mulheres;
5. Tendo em conta a diversidade das barreiras técnicas e burocráticas que se colocam à actividade das pequenas empresas, exorta a Comissão a elaborar um Livro Verde que permita auscultar os interessados directos, de forma aberta e abrangente, sobre as dificuldades e necessidades concretas das pequenas empresas;
6. Reconhece a importância do primeiro ponto da Carta, referente à educação e formação para o desenvolvimento do espírito empresarial, salienta a necessidade de apoiar a inovação empresarial e a formação dos trabalhadores, de desenvolver o espírito comercial desde muito cedo em aulas e cursos de formação consagrados à actividade empresarial, na escola secundária, na universidade e na formação tecnológica, de promover uma estreita cooperação com centros de investigação e de estabelecer ligações entre os vários sectores da administração pública; considera que a formação de "clusters" empresariais aglomerando as pequenas empresas pode constituir um meio eficaz para fomentar a criação de emprego;

7. Reconhece a necessidade de um apoio especial às PME na aplicação da legislação ambiental e social;
8. Considera que a Carta Europeia das Pequenas Empresas representa uma magnífica declaração de intenções, mas salienta a necessidade de traduzir essas intenções em acção vinculativa, não só ao nível comunitário, mas também no interior dos Estados Membros, que devem encorajar especificamente o intercâmbio das melhores práticas; assinala, especificamente, o décimo e último princípio relativo ao reforço da representação dos interesses das pequenas empresas, onde se refere que será concluída a análise do modo como os interesses das pequenas empresas se encontram representados a nível da UE e a nível nacional, inclusivamente através do diálogo social. Este é um requisito essencial, visto que a actual composição da parceria social reflecte, essencialmente, empresas de maiores dimensões e os seus trabalhadores; embora registando que o presente relatório de implementação da Comissão centra a sua atenção em três outros domínios prioritários essenciais da Carta, apela a uma rápida conclusão e publicação desta análise; entretanto, exorta os representantes dos empregadores a representarem sem demora os interesses das pequenas empresas nas suas acções enquanto parceiros sociais;
9. Considera necessário que todas as medidas de incentivo à iniciativa empresarial contidas na Carta possam ser aplicadas de igual modo aos trabalhadores independentes, em especial no que respeita a questões de interesse para os mesmos, como sejam os sistemas de segurança social, a prevenção em matéria de riscos laborais ou o seguro de desemprego;
10. Defende que o quinto ponto da Carta, referente à melhoria do acesso em linha, deve ser mais fortemente considerado, em especial o papel das autoridades públicas para aumentar a comunicação por via electrónica com o sector das pequenas empresas;
11. Considera necessário analisar a situação específica das PME sem fins lucrativos;
12. Chama a atenção para o papel particularmente importante que as PME desempenham nos novos Estados Membros, em especial naqueles onde estão em curso importantes mudanças institucionais e políticas;
13. Crê que, a fim de garantir a igualdade de condições para as PME, a Comissão deve velar por que toda a legislação seja aplicada da mesma forma em todos os Estados Membros e que, em caso de incumprimento, sejam rapidamente accionados processos por infracção;
14. Considera que o representante para as PME desempenha uma função útil na ligação externa das pequenas empresas com o meio comunitário e solicita, por conseguinte, à Comissão que promova a coordenação entre o representante e as organizações representativas das pequenas empresas e das empresas artesanais relativamente a todas as questões comunitárias; considera que este papel poderia ser efectivamente melhorado, caso o representante pudesse ser mais reivindicativo a nível interno, ao ser convidado a participar e a contribuir para os debates das comissões do Parlamento Europeu sobre as propostas legislativas, de modo a poderem ser estudadas de forma atempada e mais exhaustiva as necessidades das PME;
15. Reconhece o papel muito importante que a cooperação internacional entre as Câmaras de

Comércio pode ter para melhorar a competitividade das pequenas empresas, particularmente num momento em que, em virtude da globalização, cada vez mais empresas, concentrações e cartéis enveredam pela expansão internacional;

16. Congratula se com a prática adoptada até à data de realizar conferências sobre a Carta, nomeadamente em Dublin (2004) e no Luxemburgo (2005); defende a realização de conferências nacionais sobre a Carta e recomenda que o mecanismo de apresentação de relatórios sobre a Carta seja associado aos relatórios sobre a evolução do plano de acção para o espírito empresarial;
17. Salienta a responsabilidade dos Estados Membros e dos países parceiros do EURO MED numa implementação mais cabal da Carta e encoraja-os a aprenderem mutuamente com o intercâmbio de boas práticas neste domínio;
18. Salienta a necessidade de dar mais atenção e maior garantia de acesso a apoios comunitários específicos para micro, pequenos e médios empresários, insistindo na urgência da desburocratização dos processos de concessão dos fundos comunitários;
19. Lamenta que os relatórios anuais sobre a implementação da Carta deixem de ser elaborados no futuro, uma vez que passarão a ser absorvidos pelos relatórios sobre a implementação da Estratégia de Lisboa; considera que este é, sem dúvida, um retrocesso no que diz respeito ao futuro enfoque nas PME; lamenta, além disso, que o processo de elaboração de relatórios sobre a Carta, que implicava a realização de discussões bilaterais anuais com representantes de organizações empresariais, cesse agora sem essa contribuição directa das PME no futuro; considera que esta decisão deverá ser revista.

PROCESSO

Título	A Implementação da Carta Europeia das Pequenas Empresas		
Número de processo	2005/2123(INI)		
Comissão competente quanto ao fundo	ITRE		
Parecer emitido por Data de comunicação em sessão	EMPL 4.7.2005		
Cooperação reforçada – Data de comunicação em sessão			
Relator de parecer Data de designação	Philip Bushill-Matthews 15.3.2005		
Relator de parecer substituído			
Exame em comissão	15.9.2005	5.10.2005	22.11.2005
Data de aprovação	23.11.2005		
Resultado da votação final	a favor:	24	
	contra:	0	
	abstenções:	3	
Deputados presentes no momento da votação final	Jan Andersson, Jean-Luc Bennahmias, Emine Bozkurt, Iles Braghetto, Alejandro Cercas, Ole Christensen, Derek Roland Clark, Jean Louis Cottigny, Harald Ettl, Richard Falbr, Carlo Fatuzzo, Ilda Figueiredo, Joel Hasse Ferreira, Stephen Hughes, Ona Juknevičienė, Sepp Kusstatscher, Jean Lambert, Elizabeth Lynne, Thomas Mann, Ana Mato Adrover, Maria Matsouka, Ria Oomen-Ruijten, Csaba Óry, Kathy Sinnott, Gabriele Zimmer		
Suplente(s) presente(s) no momento da votação final	Edit Bauer, Patrizia Toia, Anja Weisgerber		
Suplente(s) (nº 2 do art. 178º) presente(s) no momento da votação final	Alexandru Athanasiu		
Observações (dados disponíveis numa única língua)			